

Estudos sobre as Mulheres  
Género, Sociedades e Culturas

# Estudos sobre as Mulheres

## Conhecimentos itinerantes percursos partilhados

ORGANIZAÇÃO

Teresa Alvarez,  
Teresa Joaquim  
Teresa Pinto

CEMRI  UAb

CENTRO DE ESTUDOS DAS  
MIGRAÇÕES E DAS  
RELAÇÕES INTERCULTURAIS  
UNIVERSIDADE ABERTA

FCT  Fundação  
para a Ciência  
e a Tecnologia

**Estudos sobre as Mulheres**

**Conhecimentos itinerantes  
percursos partilhados**

---

## Ficha Técnica

**Título** Estudos sobre as Mulheres. Conhecimentos itinerantes, percursos partilhados

**Organização** Teresa Alvarez, Teresa Joaquim e Teresa Pinto

**Design** Rosa Lapa

**Edição** CEMRI | Universidade Aberta 2019

**Linha de publicação do CEMRI:** Estudos sobre as Mulheres | Nº1

**ISBN** 978-972-674-863-2

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto «UID/SOC/00289/2019».

# ÍNDICE

---

Introdução <b>Teresa Pinto, Teresa Alvarez e Teresa Joaquim</b>	4
MULHERES REPRESENTAÇÕES ICONOGRÁFICAS E CONHECIMENTO	7
Género y museos: un proyecto para enriquecer la mirada y educar en igualdad <b>Antonia Fernández Valencia</b>	8
ESTUDOS SOBRE AS MULHERES GÉNERO, SOCIEDADES E CULTURAS. PERCURSOS EM DEBATE	19
História das Mulheres: subversão e desassossego <b>Teresa Pinto</b>	20
Centro e margens no discurso amoroso de autoria feminina do período barroco: percursos e questões <b>Anabela Galhardo Couto</b>	31
A Escrita Poliédrica de Ana Hatherly <b>Dalila Maria Teixeira Milheiro</b>	48
As Mulheres e o Divino Espírito Santo na Ilha de Santa Catarina, Brasil <b>Célia Carmen Cordeiro</b>	54
Contributo para uma leitura sobre práticas de cooperação para o desenvolvimento. O Projeto PAIPA implementado na Guiné-Bissau. <b>Sónia Frias</b>	59
Igualdade de género e formação de docentes: das políticas públicas às estratégias de intervenção – mudanças e resistências <b>Teresa Alvarez</b>	70
Os percursos da escolha: contextos e condições da decisão sobre a maternidade e não maternidade <b>Teresa Joaquim e Margarida Barros</b>	81
NOTAS BIOGRÁFICAS	90

# Igualdade de género e formação de docentes: das políticas públicas às estratégias de intervenção – mudanças e resistências

Teresa Alvarez

CEMRI/Universidade Aberta; CIG<sup>1</sup>

## Resumo

No quadro das políticas públicas para a Igualdade entre Mulheres e Homens dirigidas à educação formal, o presente texto centra-se sobre a principal estratégia seguida pela ação desenvolvida pelo mecanismo nacional para a igualdade (atual CIG) em estreita colaboração com investigadoras/es de diversas instituições de ensino superior do nosso país, ao longo das últimas décadas. Recordando os principais projetos de intervenção destinados às escolas e de forma especial às e aos docentes dos ensino básico e secundário, bem como profissionais de educação de infância, apresentar algumas reflexões e, a partir delas, algumas sugestões que visam mudar os objetivos e as metodologias seguidas na formação de docentes.

**Palavras-chave:** formação de docentes; mainstreaming de género; sistema escolar; projetos de intervenção; mecanismo para a igualdade

## 1. Um breve olhar sobre a Educação e as Políticas Públicas para a Igualdade entre Mulheres e Homens em Portugal

As políticas públicas para a igualdade entre mulheres e homens, ou igualdade de género como passou, progressivamente, a designar-se a partir da década de 90 do século passado, têm sido implementadas em Portugal, ao longo dos 45 anos de democracia, pelo principal mecanismo nacional para a igualdade, criado em 1975, atualmente denominado por Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG).<sup>2</sup>

Atuando em todas as áreas setoriais e privilegiando umas ou outras dessas áreas, conforme as conjunturas que marcam a história recente do nosso país, a CIG manteve, todavia, desde a sua criação, duas áreas de interesse permanente: a do trabalho e conciliação e a da educação.

Com efeito e tal como lembra Teresa Pinto (2000, 2013), este organismo tem um papel pioneiro na educação, que assume como uma área de intervenção prioritária e onde desenvolve uma ação continuada no tempo, estrategicamente conduzida e alicerçada no estabelecimento criterioso de parcerias privilegiadas, nomeadamente com instituições de ensino superior e ONG. A promoção e a divulgação dos estudos produzidos pela investigação científica e a nível institucional (como estatísticas e diagnósticos), a formação de profissionais de educação, em especial de docentes, e o desenvolvimento de projetos de intervenção e, a partir destes, a publicação de estudos e de recursos destinados especificamente à educação constituíram os três principais eixos da atuação da CIG neste domínio.

<sup>1</sup> Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género

<sup>2</sup> Criada em 1975, com a designação de Comissão da Condição Feminina (CCF), passa, em 1990, a denominar-se Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM). Em 2006 adquire o nome que tem hoje. Em 1979 é criado um segundo mecanismo nacional para a igualdade entre mulheres e homens no domínio laboral, a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE).

A partir de 1997, Portugal passa a ter Planos Nacionais como principal instrumento de política para a igualdade entre mulheres e homens (Figura 1). Após cinco Planos Nacionais, é aprovada, em 2018, a Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação 2018-2030 (ENIND) que se concretizará através de três Planos de Ação, o primeiro dos quais, o mais amplo, abrangente e transversal, é o Plano de Ação para Igualdade entre Mulheres e Homens (PAIMH).<sup>3</sup>

Figura 1 – Os instrumentos de política para a Igualdade entre Mulheres e Homens em Portugal



Nestes seis instrumentos políticos, a educação permanece como uma das grandes áreas setoriais prioritárias, juntamente com a do emprego e da conciliação, bem como, mas nem sempre com o mesmo nível de importância, a da saúde, contrariamente ao que sucede com outras áreas setoriais que foram sendo integradas, com maior ou menor relevo, de acordo com as prioridades políticas de cada momento.

A formação de profissionais de educação (contínua e/ou inicial) é, nas medidas definidas para a educação, a única comum a todos os Planos Nacionais e ao PAIMH da ENIND.<sup>4</sup>

Com a aprovação, em 2017, da *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC)*,<sup>5</sup> a Igualdade de Género (IG) é, pela primeira vez, assumida pelas políticas educativas como integrando o currículo do ensino não superior, sendo identificada como um dos domínios obrigatórios “para todos os níveis e ciclos de escolaridade” (ENEC 2017, 7) da Educação para a Cidadania (EC). A formação de docentes é considerada uma condição imprescindível para a implementação e concretização da ENEC a nível nacional, nos diferentes domínios temáticos, incluindo o da IG, sendo os Centros de Formação de Associação de Escolas (CFAE) chamados a ter um papel essencial na coordenação da formação prevista e da sua multiplicação. Neste sentido, a ENIND, aprovado em 2018, prevê a implementação da IG no quadro da ENEC, medida que se pretende concretizada através da formação contínua de docentes sobre a temática da igualdade entre mulheres e homens.<sup>6</sup> Vinte e dois anos volvidos sobre a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), de 1986<sup>7</sup>, as políticas educativas e as políticas para igualdade de género convergem finalmente, através do entrosamento de dois instrumentos políticos, respetivamente, da Educação (ENEC) e da Igualdade de Género (ENIND).

<sup>3</sup> Neste texto apenas se teve em conta a análise dos instrumentos de política para a Igualdade entre Mulheres e Homens. Os Planos Nacionais Contra a Violência Doméstica integram igualmente medidas destinadas à educação, tal como sucede, desde 2007, com os Planos Nacionais contra o Tráfico de Seres Humanos, sendo ambos de âmbito mais restrito.

<sup>4</sup> Para além da formação de profissionais de educação ou de docentes, são recorrentes nestes instrumentos (mas não comuns a todos) medidas sobre as escolhas profissionais não estereotipadas, com ênfase no incentivo a dar às raparigas para as TIC, e a eliminação dos estereótipos sexistas (no currículo, nos manuais ou na orientação vocacional).

<sup>5</sup> Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, 2017. [https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos\\_Curriculares/Aprendizagens\\_Essenciais/estrategia\\_cidadania\\_original.pdf](https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos_Curriculares/Aprendizagens_Essenciais/estrategia_cidadania_original.pdf) (acedido em 20 de dezembro 2019)

<sup>6</sup> Na medida 3.1.1. *Implementação da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC) no que se refere ao domínio da “Igualdade de Género” e ao seu cruzamento com outros domínios e temáticas*, do PAIMH, um dos indicadores desta medida é o número de docentes formados/as.

<sup>7</sup> Lei nº 46/86, de 14 de outubro, apenas refere a igualdade entre os sexos numa alínea do art. 3º (Princípios Organizativos): alínea j) *Assegurar a igualdade de oportunidade para ambos os sexos, nomeadamente através das práticas de coeducação e da orientação escolar e profissional, e sensibilizar, para o efeito, o conjunto dos intervenientes no processo educativo*. A regulamentação desta alínea nunca se efectuou.

Em 2000 a aplicação dos fundos comunitários começa a beneficiar, gradualmente e de forma mais direta, as políticas para a Igualdade de Género. Com o *III Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006*, a medida relativa à Promoção da Igualdade de Oportunidades, nas tipologias de projeto do Programa Operacional de Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS)<sup>8</sup>, permitiu apoiar, pela primeira vez, as Organizações Não Governamentais que trabalhavam neste domínio, nomeadamente as que se encontravam representadas no Conselho Consultivo da CIDM, as quais constituíram 24,7% do total de organizações da sociedade civil financiadas (Ferreira 2007). Seguiu-se o *Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013* (QREN) que tornou a Igualdade de Género num dos eixos do Programa Operacional de Emprego, Formação e Desenvolvimento Social ampliando significativamente o apoio às Organizações Não Governamentais e criando, entre outras, uma tipologia de apoio à formação de públicos estratégicos em IG<sup>9</sup>, apresentando estas duas tipologias, respetivamente, 27,7% e 30,5% dos projetos aprovados no Eixo da Igualdade de Género (Ferreira e Monteiro 2013). Por fim, o quadro comunitário *Portugal 2020* (2014-2020), que integra a Igualdade de Oportunidades no Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, continua a apoiar as ONG e a formação de públicos estratégicos em IG<sup>10</sup>. A CIG alarga os referenciais de formação para públicos estratégicos a profissionais de educação<sup>11</sup>, tornando possível o financiamento da formação deste grupo profissional no quadro Regime Jurídico da Formação Contínua de Professores.<sup>12</sup>

A partir de 2007, com o *III Plano Nacional para a Igualdade. Cidadania e Género*, o poder local vai ocupando paulatinamente uma importância crescente nos instrumentos de política para a IG. A evolução da territorialização das políticas para a igualdade entre mulheres e homens, apesar de todos os seus condicionalismos, revelou-se um fator facilitador do desenvolvimento de iniciativas e de projetos, com maior ou menor abrangência, destinados às escolas, diretamente a discentes mas também a docentes através, nomeadamente, de atividades de formação, frequentemente realizadas em parceria com os CFAE. Se nos últimos 15 anos alguns municípios têm vindo a integrar a educação nas políticas locais para a IG, nomeadamente no quadro da prevenção da violência de género, no namoro ou doméstica, ou do combate aos estereótipos sexistas, privilegiando progressivamente a formação de docentes como uma estratégia de intervenção, nos últimos dois anos a ENEC veio reforçar a necessidade de integração da IG nas políticas educativas a nível local.

É neste quadro que a formação de docentes se constitui como um elemento estruturante das políticas para a IG e da ação do organismo responsável pela sua implementação, coordenação e avaliação, a CIG.

<sup>8</sup> Despacho conjunto n.º 102-A/2001, de 1 de fevereiro.

<sup>9</sup> Despacho n.º 15608/2009 e Despacho n.º 15606/2009, de 9 de julho

<sup>10</sup> POISE – Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego Disponível em <https://poise.portugal2020.pt/eixo-3>.

<sup>11</sup> A CIG disponibilizou um conjunto de referenciais de formação, apresentando um referencial (inicialmente apresentou dois) especificamente para docentes, que pode ser consultado em <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2019/07/referencial-16-atualizado-julho2019.pdf>. Apesar de muitos dos referenciais disponibilizados pela CIG poderem ser utilizados para a formação de públicos estratégicos heterogéneos, incluindo docentes, apenas este referencial de formação é exclusivamente dirigido a docentes.

<sup>12</sup> Decreto-Lei n.º 22/2014, de 11 de fevereiro.

## **2. A formação de docentes em Igualdade de Género: uma estratégia, um percurso, uma dinâmica em rede**

Na esteira da produção e publicação dos primeiros estudos sobre os estereótipos sexistas nos manuais escolares e nas práticas educativas realizados pela Comissão da Condição Feminina em finais dos anos 70 (CIG 2015), nos anos 80 este organismo dá início ao desenvolvimento de uma série de projetos de intervenção, dirigidos ao sistema educativo, maioritariamente coordenados pela CIG ou, quando tal não sucedeu, de que este organismo foi um dos principais parceiros (Pinto e Henriques 2002). A década de 1980 assiste ao Projeto *Mudar as Atitudes* que incidiu sobre os estereótipos sexistas na prática docente bem como nas escolhas escolares e profissionais, contemplando a formação de docentes, em especial do actual 1º ciclo. Sucede-se, nos anos 90, a sequência dos Projetos Transnacionais, financiados por fundos comunitários, *Em Busca de uma Pedagogia para a Igualdade* 1995-1996 (AAVV 1995), *Igualdade de Oportunidades e Formação Inicial de Docentes – IO-FID* 1997-1998 (Neto et al. 1997) e finalmente *Coeducação: do princípio ao desenvolvimento de uma prática* 1999-2001 (Pinto 2001). Marcam estes projetos a parceria com e entre instituições de ensino superior (nacionais e depois de outros países europeus), o estabelecimento de redes nacionais e transnacionais entre pessoas e instituições e a produção e publicação de obras de apoio à integração da temática da igualdade entre mulheres e homens na formação de docentes. A CIG passa a privilegiar a formação inicial de profissionais de educação, culminando esta opção no projeto-piloto transnacional *Coeducação* que, durante três anos, envolveu 16 instituições de ensino superior com formação de professores/as, produzindo, aplicando e utilizando materiais temáticos transversais<sup>13</sup> na formação inicial realizada por instituições de Portugal, Espanha, França e Itália. A criação por este Projeto da Rede Informal *Coeducação* constitui, ainda hoje, um recurso incontornável para a intervenção no sistema educativo.

Em 2004-2011 é a vez da parceria da CIG no Projeto SACAUSEF<sup>14</sup>, promovido pela então Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC), também este alicerçado na estreita colaboração de instituições de ensino superior e de investigadoras e especialistas em Educação, Formação de Docentes e Estudos sobre as Mulheres e de Género que, através da CIG, participaram neste Projeto (Alvarez 2005; Joaquim 2011). Centrado nos recursos educativos, o Projeto centra-se no *software* educativo (AAVV 2007) e nos recursos educativos digitais (RED) (AAVV 2011) e constituiu a primeira experiência institucional de integração dos critérios relativos à IG na produção, avaliação e certificação de *software* educativo e de RED: uso de uma linguagem inclusiva dos dois sexos e ausência de estereótipos sexistas. Uma das vertentes essenciais deste Projeto foi a formação em IG, de docentes avaliadores/as de RED.

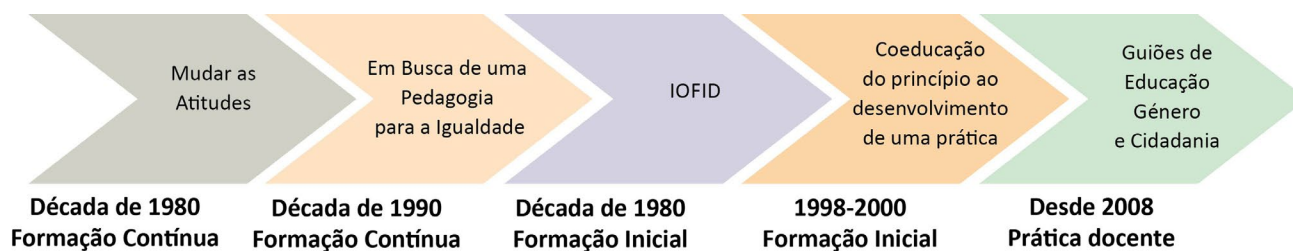
Por fim, em 2008, inicia-se o projeto *Guiões de Educação Género e Cidadania: uma estratégia para o mainstreaming de género na educação* alicerçado na produção de materiais de apoio à integração da IG no currículo dos ensinos básico e secundário e na formação de docentes visando a generalização da sua utilização efetiva. Com a aprovação da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, em 2017, este projeto que cobre o ensino não superior, torna-se charneira do entrosamento das políticas públicas para a igualdade e das políticas educativas, tornando-se simultaneamente um fator de concretização de ambas as políticas. (Fig. 2)

<sup>13</sup> Dez títulos originais publicados na colecção *Cadernos Coeducação* traduzidos para as línguas dos países parceiros e para inglês, num total de 26 títulos.

<sup>14</sup> Sistema de Avaliação, Certificação e Apoio à Utilização de Software para a Educação e a Formação – SACAUSEF.



Figura 2 – Projetos de intervenção da CIG dirigidos ao sistema educativo (1979 – ...)



### **O Projeto Guiões de Educação Género e Cidadania: uma estratégia de mainstreaming de género no sistema educativo**

O projeto<sup>15</sup> inicia-se em 2008-2009 prolongando-se até ao presente e cobrindo todo o país, Continente e Regiões Autónomas da Madeira e Açores. Financiado através de fundos comunitários (QREN/POPH) e pelas verbas dos Jogos Sociais destinados à área da Igualdade de Género, passa integrar, a partir de 2011, as medidas da educação dos Planos Nacionais para a Igualdade de Género (IV, V e ENIND/PAIMH), tornando-se assim uma medida de política.

Coordenado pela CIG, tem vindo a ser concretizado com a colaboração de 41 investigadoras/es e docentes pertencentes a 16 instituições de ensino superior<sup>16</sup>, do norte a sul do país, e a parceria de 10 dessas instituições.

O Projeto tem duas vertentes principais: a produção de materiais científicos-pedagógicos destinados a docentes dos ensinos básico e secundário e profissionais de educação de infância (Cardona 2010 e 2012; Pinto 2010; Pomar 2012 e Vieira 2015) – centrados sobre a abordagem do currículo e das práticas educativas em contexto escolar, a partir da ótica do género e das relações entre mulheres e homens – e a formação contínua de docentes de todos os ciclos de ensino, em torno da aplicação efetiva, generalizada e alargada desses materiais e, através deles, da transversalização da igualdade de género no sistema educativo.

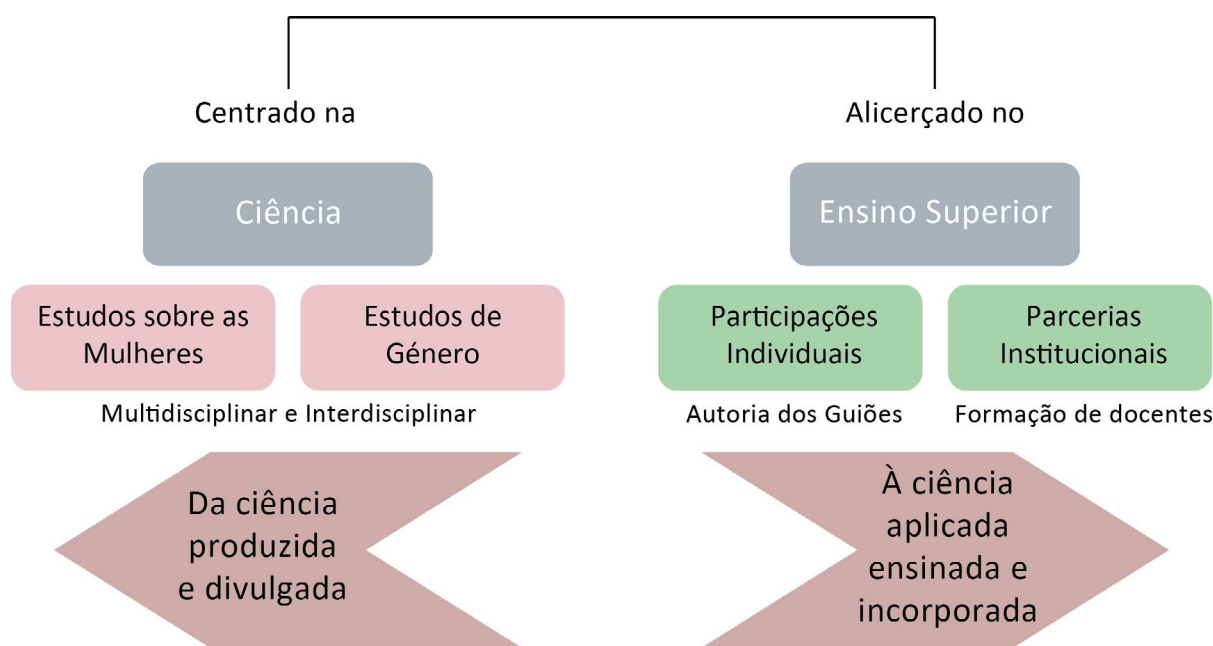
O projeto parte da premissa de que, tendo o conhecimento um papel emancipador, ele constitui um fator de mudança incontornável das relações de desigualdade e, portanto, de dominação/subordinação entre homens e mulheres (Alvarez, Vieira e Ostrouch-Kamińska 2017).

Também este projecto se alicerça, concretiza e desenvolve através da parceria com o ensino superior e a colaboração de investigadoras e investigadores em Estudos sobre as Mulheres e de Género. A sua finalidade é garantir que a ciência produzida nestes domínios possa penetrar no conhecimento mobilizado pela escola. Partindo do currículo, o Projeto procura evidenciar a relação entre género e educação e tornar acessível a este grupo de profissionais ferramentas conceptuais provenientes deste domínio e o conhecimento sobre o modo como a ordem social de género pauta o sistema educativo, as práticas profissionais e as dinâmicas escolares (Fig. 3)

<sup>15</sup> O projeto é promovido pela CIG e inicia-se em 2008-2009. Até 2011 a sua coordenação está a cargo de Teresa Pinto e de Teresa Alvarez. A partir desse ano o projecto passa a ser coordenado apenas pela autora.

<sup>16</sup> Universidade Aberta, Universidades da Beira Interior, de Coimbra (FPCE e FE), de Évora, de Lisboa (FPCE), do Minho, do Porto (FPCE e FADE) e Fernando Pessoa; Escolas Superiores de Educação dos Institutos Politécnicos de Lisboa, Coimbra, Santarém, Setúbal e Portalegre; Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Figura 3 – O Projeto *Guiões de Educação Género e Cidadania*: uma estratégia para o *mainstreaming* de género no sistema educativo



As prioridades do Projeto situam-se assim a três níveis:

- 1. Conhecimento** - A integração dos resultados da investigação científica em Estudos sobre as Mulheres e Estudos de Género no ensino não superior visando romper com o cariz androcêntrico do conhecimento ensinado, tornando-o mais representativo e mais próximo da realidade de homens e de mulheres.
- 2. Cultura Escolar** – Transformação dos ambientes escolares, bem como da sua cultura, da sua organização, do seu funcionamento, tornando-as em espaços cujos quotidianos permitam a construção de relações de igualdade entre rapazes e raparigas.
- 3. Cidadania** – Concretização de uma educação para a cidadania livre de estereótipos sexistas para rapazes e para raparigas.

A perspetiva do Projeto (nas opções presentes nos Guiões e nas metodologias e modalidades de formação implementadas) é, simultaneamente, integrada (enquanto tema ou enquanto abordagem a IG deve estruturar a prática docente), integradora (a IG potencia as finalidades educativas de todas as áreas e dimensões do currículo, reforçando a sua convergência e coerência) e sistémica (visando a consolidação das mudanças nas práticas individuais e coletivas, bem como na cultura escolar e nas dinâmicas organizacionais).

As fases do Projeto evidenciam a estratégia seguida ao longo dos anos e que justifica o facto de o Projeto ter sido considerado uma boa prática de *mainstreaming* de género na educação no âmbito da Comissão Europeia em 2012<sup>17</sup>, da Rede Equinet em 2016<sup>18</sup> e do Conselho da Europa em 2015 e em 2018.<sup>19</sup>

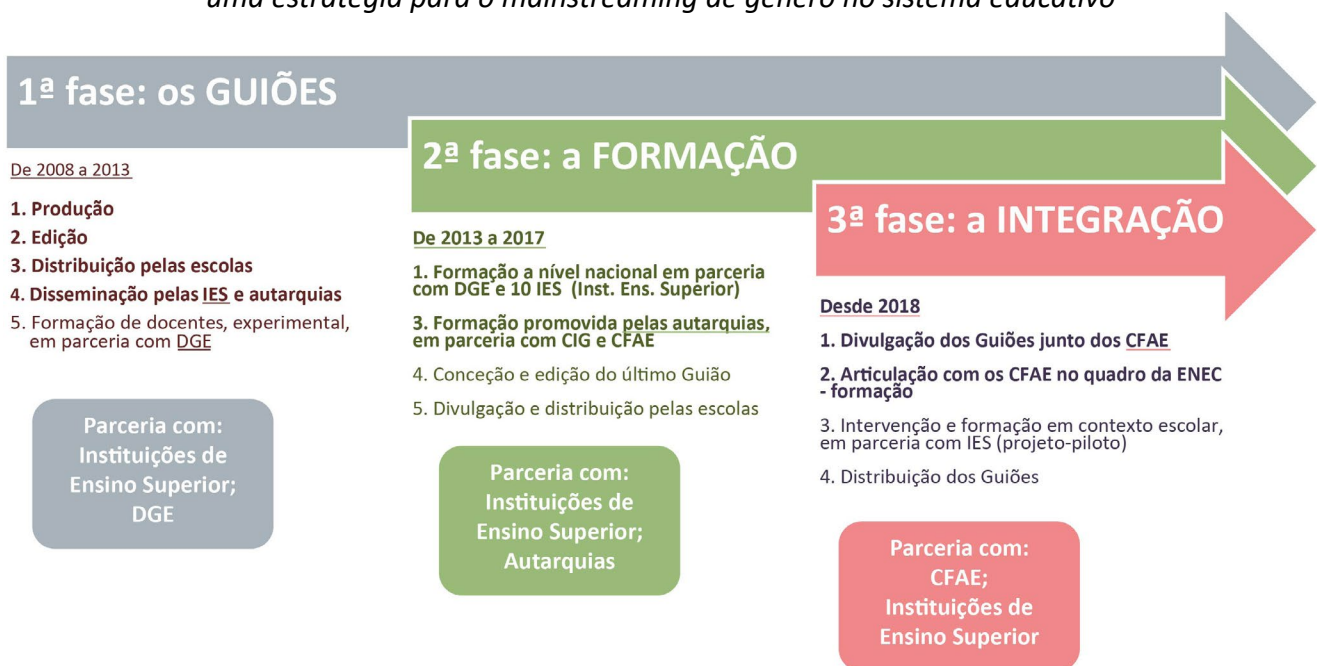
<sup>17</sup> Seminário Internacional da Comissão Europeia, *Exchange of good practices on gender equality. Gender training in education*, realizado em Lisboa, 18-19 Outubro de 2012.

<sup>18</sup> EQUINET – European Network of Equality Bodies. *Seminar Summary. Seminar Gender Equality in Education*. Disponível em <http://www.archive.equineteurope.org/Seminar-Gender-Equality-in-Education-836>

<sup>19</sup> Conselho da Europa, *Compilation of good practices to promote an education free from gender stereotypes and identifying ways to implement the measures which are included in the Committee of Ministers' Recommendation on gender mainstreaming in education*, Gender Equality Commission, 2015: 76-81. Disponível em <https://rm.coe.int/CoERMPublicCommonSearchServices/DisplayDCTMContent?documentId=0900001680590fe0>; Conselho da Europa. *ALL IN. Towards gender balance in sport. 26 best practices*. 2018-2019. Disponível em <https://pjp-eu.coe.int/en/web/gender-equality-in-sport/online-library-25-best-practices>

Partindo de uma primeira etapa centrada na produção dos Guiões e que integrou a formação de docentes ao longo do respetivo processo de conceção (2008-2012), segue-se uma segunda etapa cujo objetivo é o alargamento e o reforço da formação de docentes e a generalização da utilização dos Guiões em todo o país (2013-2016), envolvendo não só autoras dos materiais mas também outras e outros docentes do ensino superior com formação de docentes (Vieira e Alvarez 2016). A terceira etapa inicia-se a partir de 2017-2018, no quadro da convergência entre a ENIND e ENEC e do papel dos CFAE na implementação desta última, bem como das primeiras ações de formação de docentes financiadas através do POISE, no âmbito da formação de públicos estratégicos. Pretende-se agora o reforço da transversalização da IG no sistema educativo através, quer do currículo, quer das dinâmicas e do funcionamento das escolas como um micro sistema. A principal estratégia é a formação de pessoal docente e não docente, assim como de dirigentes das escolas. Ao mesmo tempo, inicia-se o primeiro projeto-piloto de intervenção em contexto escolar (Fig. 4).

Figura 4 – Etapas do Projeto *Guiões de Educação Género e Cidadania: uma estratégia para o mainstreaming de género no sistema educativo*



A aposta na formação contínua de profissionais de educação, do pré-escolar ao ensino secundário, traduziu-se na formação, até 2019, de mais de 2.100 docentes de todos os ciclos de escolaridade,<sup>20</sup> mediante 130 ações acreditadas, focadas na aplicação dos Guiões de Educação Género e Cidadania, a maior parte das quais na modalidade de oficina de formação. Mais de dois terços da formação (65%) realizou-se na segunda fase do Projeto (Pessoa *et al.* 2016; Vieira e Alvarez 2016; Oliveira e Mendes 2017; Marchão e Henrique 2017; Cardona 2019). Às instituições parceiras do ensino superior coube a realização da cerca de metade desta formação (46%, sendo 17% de instituições politécnicas e 29% de instituições universitárias), um terço foi assegurada por CFAE (34%). A Direção Geral de Educação e as ONG asseguraram, cada uma delas, 8% da formação realizada e a uma Comunidade Intermunicipal os restantes 4%.

<sup>20</sup> Pertencentes a mais de 40% dos Agrupamentos Escolares, distribuídos por mais de metade dos concelhos do continente.

### **3. *Mainstreaming* de género no sistema escolar: perspectivas futuras e pontos de viragem**

A formação de docentes em Igualdade de Género visa em primeiro lugar mudanças de cariz individual que decorrem da incorporação da perspectiva de género e da temática da igualdade entre mulheres e homens na prática docente no quadro do currículo em vigor e do seu cumprimento. É desejável que, num segundo momento, essas mudanças tenham um efeito multiplicador nas instituições de cada formanda e formando, nas práticas pedagógicas coletivas da instituição, nas dinâmicas educativas e na cultura e funcionamento de escola, nas suas múltiplas esferas e dimensões (Alvarez 2015). Em 2018, a UNESCO reforça a importância da formação de docentes para a eliminação dos obstáculos criados pelos estereótipos de género na educação formal e recorda que “as barreiras mais importantes à igualdade de género continuam, no entanto, principalmente dentro da escola e estão relacionadas com a discriminação de género e relações de poder profundamente enraizadas” (UNESCO 2018, 56).

Em Portugal, a formação em igualdade de género realizada até ao momento não tem permitido conhecer os seus efeitos, a médio e longo prazo, em quem a frequenta e, portanto, a permanência, ou não, das mudanças individuais que se constata a curto prazo, durante as ações de formação e nos projetos de continuidade apresentados no termo das mesmas. No domínio da IG, também não tem havido um investimento na formação centrada nas práticas coletivas de docentes e muito menos nas dinâmicas organizacionais de escola.

Sabemos que a sustentabilidade das mudanças introduzidas por docentes a nível individual necessita de alterações consonantes, coletivas e organizacionais, pelo que se torna imprescindível avaliar o impacto da formação de docentes em igualdade de género nas instituições educativas mediante duas linhas de análise:

- a que níveis se situam as mudanças verificadas (esperadas ou não esperadas) na sequência da realização de formação de docentes em Igualdade de Género;
- a que níveis se constata as resistências a essas mesmas mudanças e à integração e transversalização da Igualdade de Género na Escola e às alterações que a mesma implica.

Considera-se que, para responder a estas duas questões, importa conhecer, por um lado, os efeitos da formação ao nível do currículo, mas também ao nível de escola e/ou de agrupamento escolar, eventualmente de ciclo de escolaridade, e, por outro lado, o efeito de “contaminação” individual no âmbito do trabalho colaborativo entre pares, da gestão pedagógica e da relação com a comunidade educativa.

De acordo com uma visão sistémica da escola, propõem-se seguintes níveis de análise das mudanças e das resistências à transversalização da IG na escola:

- O conhecimento “ensinado e aprendido” nas diferentes disciplinas e nas áreas curriculares não disciplinares através, entre outros aspetos, da gestão dos programas disciplinares, das estratégias pedagógicas seguidas e da adoção de manuais escolares e de outros recursos educativos;
- Os Projetos de Escola e as áreas curriculares transversais (de que são exemplo a Educação para a Cidadania, a Educação para a Saúde e a Educação Sexual) e dos respetivos objetivos, temas tratados, dinâmicas de trabalho implementadas e resultados obtidos;
- A Gestão Pedagógica e os respetivos instrumentos e estruturas, bem como a sua avaliação;

- A Comunicação que tem lugar em todas as interações e esferas de funcionamento da escola (interna e externa; verbal e visual);
- Os Espaços e a sua estrutura, ocupação (para quê e por quem) e utilização (como), bem como as dinâmicas que proporcionam e as que dificultam.

### **Notas finais**

A formação de profissionais de educação é uma área de intervenção da CIG desde os anos 80 e uma prioridade deste organismo e das políticas nacionais para a igualdade de género a partir dos anos 90. A sustentabilidade desta linha de ação política só foi possível com a parceria de um ensino superior que também ele evoluiu mercê da emergência dos Estudos sobre as Mulheres e de Género nas últimas décadas do século passado em Portugal, através de cursos de pós-graduação, mestrado e doutoramento, com evidentes repercussões na formação inicial de docentes e de outros grupos de profissionais de educação.

A atuação do mecanismo para a igualdade no domínio da educação ao privilegiar a formação de docentes e a produção de materiais pedagógicos adequados à realidade da escola e às necessidades das e dos docentes, procurou apoiar uma prática docente interpeladora e crítica da ordem social de género, de que a escola faz parte, geradora de transformação do sistema educativo formal. A integração da Igualdade de Género nos Quadros Comunitários veio suportar muitos projetos desenvolvidos por ONG, em especial de Mulheres, os quais têm tido nas escolas um dos seus destinatários mais recorrentes e, ao mesmo tempo, financiar a formação em IG de públicos estratégicos que acabou por ir abrangendo elementos da classe docente mercê da diversidade, aumento e reforço da formação dada por um número crescente de entidades, como ONG e outras organizações da sociedade civil, instituições do ensino superior e autarquias. A estes aspetos, acresce o alargamento da utilização e aplicação de materiais científicos e pedagógicos, disponibilizados em linha, pela CIG, desde 2010, por um número crescente de docentes de todos os ciclos, no quadro do currículo em vigor.

Se a igualdade entre mulheres e homens e a perspetiva de género devem constituir um eixo estruturante da educação para a cidadania e para a vivência democrática, considera-se imperioso que a formação de docentes em IG passe a ter como objetivos a mudança das instituições escolares. Da mesma forma, a avaliação das políticas públicas de igualdade de género em educação passa pelo conhecimento do impacto, a médio prazo e de cariz organizacional, das medidas e das opções tomadas até agora, incluindo na formação de profissionais de educação.

## Referências bibliográficas

- AAVV. 1995. *Em Busca de uma Pedagogia da Igualdade. Actas da Universidade de Verão*. Lisboa: CIG.
- AAVV. 2007. *A Dimensão do Género nos Produtos Educativos Multimédia*. Lisboa: DGIDC.
- AAVV. 2011. *Género e Recursos Educativos Digitais*. Lisboa: DGIDC.
- Alvarez, Teresa. 2005. A dimensão da igualdade de género no Projeto SACAUSEF. In *Utilização e Avaliação de Software Educativo*, 16-20. Lisboa: ME/DGIDC.
- Alvarez, Teresa. 2015. Combating gender stereotypes in the education system: success stories. In *Combating gender stereotypes in and through education. Report*. GEC Estrasburgo: Conselho de Europa/ Gender Equality Commission, 28-34. <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/7156> (acedido em 29 dezembro 2019).
- Alvarez, Teresa, Cristina Coimbra Viera e Joanna Ostrouch-Kamińska. 2017. Género, educação e cidadania: que “agenda” para a investigação científica e para o ensino e a formação? *ex aequo* 36: 9-22. Disponível em [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0874-55602017000200002](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602017000200002)
- Cardona, Maria João. 2015. Trabalhar as questões de género numa perspetiva de educação para a cidadania no jardim-de-infância e na escola. *Revista Aprender* 36, 63-71. Disponível em <http://aprender.esep.pt/index.php/aprender/article/view/40>
- CIG. 2015. *Apêndice a Igualdade de Género em Portugal 2014*. Lisboa: CIG. Disponível em [https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2016/03/APENDICE\\_Igualdade-de-G%C3%A9nero-em-Portugal-2014.pdf](https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2016/03/APENDICE_Igualdade-de-G%C3%A9nero-em-Portugal-2014.pdf)
- DGIDC. 2017. *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC)*. Disponível em [https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos\\_Curriculares/Aprendizagens\\_Essenciais/estrategia\\_cidadania\\_original.pdf](https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos_Curriculares/Aprendizagens_Essenciais/estrategia_cidadania_original.pdf)
- Ferreira, Virgínia (coord.). 2007. *Estudo Diagnóstico e Prospectivo sobre o Papel das ONG na Promoção da Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens. Relatório Final*, Coimbra: CES/U. de Coimbra. [https://www.academia.edu/26415470/Estudo\\_Diagn%C3%B3stico\\_e\\_Prospetivo\\_do\\_papel\\_das\\_ONG\\_na\\_Igualdade\\_Mulheres\\_e\\_Homens](https://www.academia.edu/26415470/Estudo_Diagn%C3%B3stico_e_Prospetivo_do_papel_das_ONG_na_Igualdade_Mulheres_e_Homens) (acedido em 30 de novembro de 2019).
- Ferreira, Virgínia e Rosa Monteiro, (ccord.). 2013. *Estudo de avaliação da integração da perspetiva do género nos fundos estruturais, no período de programação 2007-2013*. Coimbra: CES/U. de Coimbra. Disponível em [http://www.qren.pt/np4/file/3788/8a\\_IGFSE\\_Igualdade\\_de\\_G\\_nero\\_dos\\_FE\\_Rel.pdf](http://www.qren.pt/np4/file/3788/8a_IGFSE_Igualdade_de_G_nero_dos_FE_Rel.pdf)
- Henriques, Fernanda e Teresa Pinto. 2002. Educação e género: dos anos 70 ao final do século XX: subsídios para a compreensão da situação. *ex aequo* 6: 11-54 Disponível em <https://exaequo.apem-estudos.org/artigo/educacao-e-genero-dos-anos-70-ao-final-do-seculo-xx> (acedido em 28 de novembro 2019).
- Joaquim, Teresa. 2011. Introdução. In *Género e Recursos Educativos Digitais*, 5-8, Lisboa: ME/DGIDC. Disponível em [https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/4072/3/Sacausef8\\_intro.pdf](https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/4072/3/Sacausef8_intro.pdf)
- Marchão, Amélia e Helder Henrique. 2017. Formação e educação na e para a inclusão: igualdade de género. *Educa Revista Multidisciplinar em Educação* (4) 8:145-159. <http://www.periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/2665/1962> (acedido em 20 de novembro 2019).
- Neto, Félix, Rui Soares, Teresa Joaquim e Teresa Pinto, (org.). 1997. *Igualdade de Oportunidades. Formação de Docentes*. Lisboa: U. Aberta.